



# Vidas em Movimento. Sobre mobilidade infantil e emigração em Cabo Verde

Andréa de Souza Lobo

## INTRODUÇÃO

A emigração cabo-verdiana é um fenômeno que não passa despercebido por estudiosos<sup>1</sup> ou curiosos que se aproximem desta sociedade por alguma razão. Não foi diferente no meu caso. Ao estudar a organização familiar em uma das ilhas que formam o arquipélago, a ilha da Boa Vista, não pude deixar de analisá-la levando em conta os fluxos migratórios de mulheres que partem desta ilha, principalmente para a Itália, em idade adulta, deixando filhos, companheiros e demais familiares.

Preocupada em entender como essas famílias se configuravam e como suas relações e sentimentos se mantinham em situações de distância física e temporal prolongada, acabei por observar que a mobilidade não se encontrava restrita às situações de emigração de um dos membros, estando presente de maneira importante em outras esferas do contexto familiar. Ao acompanhar as histórias e os cotidianos de meus interlocutores em campo, a centralidade da categoria movimento ganhou um caráter diferente do que esperava encontrar – o de um conjunto de fluxos que inclui a emigração, mas que não se restringe a ela.<sup>2</sup>

Tal perspectiva me leva a argumentar no presente artigo que se está correto afirmar que o movimento pode ser uma categoria-chave para pensar a sociedade cabo-verdiana, cabe a nós refletir sobre ela de forma ampla, estando atentos aos valores atribuídos às diferentes mobilidades presentes no dia a dia, na música, na arte, nas expressões linguísticas, na memória, nos sonhos e nas esperanças dos ilhéus.

1 Ver CARLING, 2001, 2004; CARREIRA, 1983; ÅKESSON, 2004; DROTBOHM, 2009; DIAS, 2000; FIKES, 2009; ANDALL, 1998; GRASSI & EVORA, 2007 .

2 Sobre os desenvolvimentos da pesquisa e seus resultados, ver LOBO, 2006.





Pensar a mobilidade nos termos da emigração tem sido lugar comum na literatura das Ciências Sociais sobre Cabo Verde. São muitos os autores que partilham a descrição desta como uma sociedade que é produto da mobilidade humana e na qual a cultura da emigração tem sido moldada no tempo e no espaço (ÅKESSON & CARLING, 2009). Tal fenômeno aparece, portanto, no centro das definições do que é ser cabo-verdiano, nas reconstruções históricas, nas análises dos processos sociopolíticos de formação deste Estado-nação e na conceituação de uma cultura cabo-verdiana. Tudo se passa como se fosse impossível entender esta sociedade senão pela via do fenômeno migratório, afinal, é este que movimenta o cotidiano das ilhas, a esperança das pessoas, a economia local e a produção cultural.

A centralidade da temática migratória na produção acadêmica sobre o arquipélago não é fortuita e nem mera invenção de estudiosos que buscam significados que embasem suas teorias do social. Os esforços de pesquisa buscam, sim, refletir e teorizar sobre o lugar privilegiado que a emigração ocupou em Cabo Verde no passado e ocupa no presente. Porém, em minha perspectiva, tais estudos não somente refletem, mas também produzem a emigração enquanto um valor em Cabo Verde, produzindo o país como um exemplo de sociedade transnacional e, em larga medida, reduzindo indivíduos, famílias e a nação cabo-verdiana a ícones de uma transitoriedade moderna que, surpreendentemente, consegue se reproduzir apesar de um *ethos* transnacional e desterritorializado que marcaria sua identidade.

Na mesma linha, este pequeno país insular desponta na literatura sobre emigração como um caso exemplar de comunidades de imigrantes espalhadas pelos quatro cantos do mundo (BATALHA & CARLING, 2008; FIKES, 2009; CARTER & AULETTE, 2009; GRASSI & ÉVORA, 2007), de famílias transnacionais (DROTBOHM, 2009) e de remessas significativas que sustentam a economia local (ÅKESSON, 2011), tendo sido dada pouca atenção a tantas outras facetas<sup>3</sup> que constituem, produzem e reproduzem esta sociedade insular, facetas estas que, quando exploradas, nos auxiliam a construir análises mais densas sobre Cabo Verde e, inclusive, sobre seus processos migratórios.

É com esta perspectiva que, neste artigo, tenho como foco explorar alguns dos contornos dados ao movimento nesta sociedade. Para tanto, debruço-me sobre um tipo de fluxo peculiar, a mobilidade infantil, com a intenção de demonstrar

---

3 Apesar deste diagnóstico, aponto para interessantes trabalhos que realizam o esforço de analisar aspectos da sociedade cabo-verdiana que vão além da emigração. Ver VASCONCELOS, 2004; DIAS, 2004; TRAJANO FILHO, 2009; DROTBOHM, 2009; SOLOMÓN, 1992. Além destes, destaco a produção de jovens estudantes do curso de mestrado do recente Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde, apresentada em duas coletâneas (LUCAS & SILVA, 2009; ANJOS & BAPTISTA, 2010).





como a movimentação dos pequenos entre as casas é um elemento central para a reprodução social em, no mínimo, três aspectos: no âmbito do grupo doméstico, na construção das trajetórias individuais e na manutenção de elos substanciais entre aqueles que emigram e os que permanecem em Boa Vista. Num contexto em que o movimento é um valor importante, as crianças que circulam constroem, desde muito cedo, histórias de vida percebidas como interessantes e, além disso, destacam-se como mediadoras entre as pessoas, as casas e os países.

## O CONTEXTO

Para dar conta da tarefa a que me proponho, é preciso apresentar alguns aspectos dos contextos familiares que encontrei na Boa Vista.<sup>4</sup> A organização familiar local é permeada por signos de mobilidade que podem soar ambíguos e/ou contraditórios em uma primeira análise, uma vez que a tensão entre proximidade/fixação e distância/mobilidade aparece como característica forte deste sistema, destacando-se: uma tendência matrifocal conjugada com uma importante emigração de mulheres para a Europa; famílias que percebem o binômio mãe-filho como um vínculo central, porém separam-no em nome da reprodução familiar; famílias que têm as crianças como um valor fundamental, mas que as colocam para circular entre casas e localidades; famílias que constroem a ideia de parentesco por relações de partilha e proximidade, mas vivem os relacionamentos parentais à distância.

As unidades domésticas são fortemente centradas na figura da mãe-avó. Apesar de operar um ideal patriarcal, em que o homem exerce autoridade sobre o destino dos filhos e sobre o percurso de vida da mulher, na prática, as mulheres têm um importante papel social e econômico, uma vez que os arranjos afetivos que predominam estimulam a circulação dos homens por várias unidades domésticas ao longo da vida adulta. O que quero dizer é que as relações afetivas entre homens e mulheres, ainda que com filhos, têm por característica, num primeiro momento, a não fixação deste casal em uma união conjugal considerada estável: com residência compartilhada, divisão de tarefas no cuidado com as crianças e nas despesas financeiras.

Além disso, é frequente que o homem tenha simultaneamente relações afetivas com mais de uma mulher, relações que podem também gerar filhos. Por fim,

---

4 Uma ressalva faz-se necessária antes de prosseguir: diz respeito ao contexto etnográfico aqui em foco. Devo deixar claro que as reflexões que apresento são resultantes de um trabalho de campo de 15 meses realizado em uma das nove ilhas habitadas que compõem o arquipélago, a Ilha da Boa Vista. Este é um dado pertinente dada a situação de insularidade e das especificidades de cada uma das ilhas no contexto cabo-verdiano.





cabe ressaltar que os sentidos da masculinidade têm a ver com a distância relativa do homem do universo doméstico, especialmente nos cuidados com as crianças. Tudo isso opera no sentido de dar centralidade às mulheres no interior das famílias, posição reforçada pelas redes femininas que operam entre as casas e entre as gerações por meio da partilha e da circulação de coisas, valores e pessoas.

Neste contexto, além de viver junto e ser criado na mesma casa, dividir experiências e coisas são as principais fontes de identificação pessoal de um indivíduo. Sua posição no contexto doméstico está marcada não só pelos laços de família, mas também pela relação com as pessoas que acompanharam seu processo de socialização. Dada a importância da mobilidade – entre casas, povoados, ilhas e países – que acaba por gerar o que denomino em outros trabalhos de “famílias espalhadas”, as formas de criar “proximidade à distância” são os instrumentos aos quais os indivíduos recorrem na tentativa de lidar com as inseguranças resultantes dos fluxos que caracterizam esta sociedade.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que estamos diante de um *ethos* da mobilidade (que acontece em meio a muitas tensões), a casa – enquanto espaço doméstico que se confunde conceitualmente com família – assume importância central para essas pessoas, é uma marca de pertencimento. As casas são como âncoras que prendem o indivíduo a um grupo num contexto percebido como inseguro e de difícil atualização dos laços familiares. Portanto, é pelas relações intradomésticas que se constrói um sentimento de identidade familiar que será mantido e atualizado por outro conjunto de relações, o das trocas interdomésticas – que não se restringem ao universo dos parentes consanguíneos ou afins, mas se estendem a vizinhos, compadres e amigos.

Em ambos os casos é possível observar um fluxo contínuo de bens, serviços e informações em circulação recíproca entre casas vizinhas. Bons vizinhos, assim como parentes, trocam refeições, ajudam com os filhos uns dos outros, cedem crianças para auxiliar nos *mandados*. Há uma espécie de fidelidade especial entre os habitantes de uma mesma zona, um mesmo bairro ou rua, um tipo de tratamento que se aproxima do sentimento que se tem para com um parente.

Nesse contexto, as crianças aparecem como elos fundamentais na manutenção das redes de solidariedade. Elas estão por toda parte, basta um olhar atento para o cotidiano local que as veremos participando dos diversos eventos e afazeres que constroem o dia a dia na ilha. As crianças são os mais frequentes mediadores entre as casas. Elas são os veículos de mensagens, presentes e itens de troca. São as crianças que as mulheres enviam com coisas e alimentos que são fundamentais para a reciprocidade que mantém as casas relacionadas. É difícil imaginar uma casa sem crianças que lá habitam ou passam o dia. Complementarmente às mulheres, elas são atores fundamentais para a atualização das relações no contexto doméstico.



## CRIANÇAS E SUAS CIRCULAÇÕES POSSÍVEIS

Situações marcadas pelo envio e a recepção de uma criança entre casas ou contextos familiares têm sido descritas na literatura corrente como “circulação de crianças” (FONSECA, 2006; LEINAWEAVER, 2008a; BLEDSOE, 1990). Noção que aparece vinculada à coresidência: a criança se move fisicamente para uma nova casa e a responsabilidade material, moral e relacional é transformada ou transferida com este movimento. Tal transferência pode dar à criança a oportunidade de instrução, educação e afeto, assim como permitir a uma pessoa mais velha ou sozinha a possibilidade de companhia ou ajuda no cotidiano da casa.

A prática da circulação de crianças aparece distinta e em contraste com o procedimento legal e documentado da adoção (FONSECA, 1986; LEINAWEAVER, 2008a; HOWELL, 2009). Diferentemente deste tipo de relação – no qual a criança é retirada legalmente de sua família natal e depois incorporada a uma nova e aprovada família – na circulação de crianças, as duas famílias se envolvem e se articulam de forma que o movimento fluido de uma casa para outra *faz* a relação social entre as casas e as famílias.

Em geral, o processo de dar e receber crianças é descrito como uma estratégia de fortalecimento de laços sociais, de construção de redes de afetividade, como um partilhar que distribui tanto os prazeres quanto os constrangimentos de ter uma criança sob sua responsabilidade. Em alguns casos etnográficos, aparece como uma prática social vertical que visa à mobilidade social, na qual famílias pobres fornecem crianças para famílias em melhores condições, ou crianças do mundo rural seguem para o mundo urbano em busca de acesso à educação e a melhores condições de saúde (LEINAWEAVER, 2008b; BLEDSOE, 1990). Porém, há análises que complexificam os sentidos e os formatos desse movimento, dando conta de casos em que as crianças podem circular tanto vertical quanto horizontalmente, tanto definitiva quanto temporalmente, tanto como resultado de uma negociação entre as famílias quanto por vontade própria (FONSECA, 2006; LEINAWEAVER, 2008a; LOBO, 2011).

Em proximidade com a perspectiva de Leinaweaver em sua etnografia sobre o contexto andino (2008a), entendo o movimento de crianças na ilha da Boa Vista como um processo ativo que leva à formação e à transformação dos universos de sociabilidade e de *relatedness*<sup>5</sup> dos diversos atores envolvidos (*ibidem*, p. 03).

5 O termo *relatedness* foi cunhado por CARSTEN (2000) na tentativa de se afastar da discussão da oposição entre biológico e social que pairava sobre boa parte dos estudos antropológicos do parentesco. A autora sugere uma mudança no vocabulário e propõe empregar a noção de *relatedness* como alternativa ao termo parentesco e “para assinalar uma abertura para idiomas indígenas de conexão” (2000, p. 04). Tal abordagem nos permitiria dar a devida atenção às formas de *relatedness* locais para além do sangue, do sêmen e do leite materno – remetendo-nos a substâncias compartilhadas que criam o tipo de relação profunda e duradoura normalmente associada à esfera de parentes.



Perceber a mobilidade infantil como um tipo de relação que desenha laços entre pessoas permite entender a circulação de crianças em diferentes aspectos: como um espaço social de partilha que amplia e fortalece os laços de parentesco lateral e verticalmente e como um importante aspecto acionado na construção das trajetórias individuais.

Na tentativa de tornar claras as facetas que a movimentação das crianças assume no contexto aqui analisado, opto por utilizar o termo “mobilidade infantil” em lugar de “circulação de crianças”. Em minha perspectiva, falar em termos de mobilidade me permite abarcar um conjunto mais amplo de movimentos, inclusive aqueles que não implicam coresidência, seja ela fixa ou temporária. Além disso, o termo mobilidade me aproxima das concepções locais que valorizam positivamente o “movimentado” em contraponto ao “parado” – um par de opostos que marca as trajetórias desde a infância, sendo associado à ideia de uma “vida interessante” ou não. Algumas categorias locais nos ajudarão a entender este valor do movimento.

#### O UNIVERSO DOS MANDADOS

Boa Vista é geralmente descrita pelos cabo-verdianos como uma ilha pacata, de uma beleza ímpar, de gente calma e hospitaleira, porém, um lugar onde não acontece nada, onde não há nada, um lugar parado. Até recentemente, a ilha contava com uma população estável em torno de 4.500 habitantes,<sup>6</sup> uma economia baseada na agricultura e na pesca de subsistência, algum comércio e as importantes remessas financeiras enviadas pelos emigrantes que viviam na Europa (prioritariamente mulheres que emigraram para o trabalho doméstico em cidades italianas, como Roma e Nápoles). Tal descrição nos leva a construir a imagem de uma vida interiorana: um lugar calmo, pessoas *sem pressa e com tempo*.

De fato, estas imagens refletem o cotidiano da ilha no período em que lá vivi, no entanto, nem sempre equivalem ao discurso dos ilhéus em suas rotinas diárias. Aproximando-me da análise feita por Vasconcelos neste volume para o caso da ilha de São Vicente, destaco a expressão *N'sa ta fasé um mandod* (Estou fazendo um *mandado*) para ressaltar a falta de tempo (*N'ka ten temp*, que significa “Estou sem tempo”) que é constantemente enfatizada quando duas pessoas se cruzam e param para uma conversa. Estas duas expressões complementam-se – afinal, quem tem algum afazer para realizar não está com tempo para conversas

---

<sup>6</sup> O argumento deste artigo se baseia em pesquisa de campo realizada entre os anos de 2004 e 2005. Porém, o quadro encontrado naquela ocasião vem sofrendo profundas alterações nos últimos anos diante do desenvolvimento turístico da ilha, tendo o censo de 2010 divulgado um crescimento populacional na ordem dos 7,8% e um número estimado de 9.162 habitantes.





– e são comumente acionadas para sinalizar que se está diante de alguém que não é acomodado.<sup>7</sup>

Melhor entendendo, *fazer um mandado* implica ação, circulação, e as expressões “tenho que fazer um mandado” e “estou fazendo um mandado” resumem positivamente o caráter ocupado e ativo de uma pessoa. *Mandado*, portanto, é uma expressão em crioulo utilizada para se referir a diversos tipos de afazeres cotidianos, sendo amplamente empregada no contexto doméstico – um *mandado* pode significar a manutenção da casa, cuidados com as crianças, realização de compras, confecção de alimentos etc. Apesar de ser uma categoria extensiva a todos, uma vez que qualquer um se vale desta categoria quando quer se dizer ocupado, os afazeres cotidianos dos pequenos são caracterizados como *mandados*.

Faz parte dos *mandados* das crianças de 5 a 10 anos ir às lojas para compras de mantimentos, realizar a venda porta a porta de alimentos produzidos pelas mulheres, transportar coisas, especialmente comida entre as casas. Quando mais velhos, observa-se uma diferenciação entre meninas e meninos, cabendo principalmente a elas o apoio nos cuidados com as crianças menores e a eles a ajuda nos trabalhos que significam desenvolvimento de habilidades consideradas masculinas – carpintaria, construção, marcenaria. Tal diferenciação não é tão restritiva, sendo apenas uma questão de ênfase. De qualquer forma, os *mandados* infantis têm correspondência com a noção de ajuda nos afazeres dos adultos e implicam movimento, pois obrigam as crianças a circularem por ruas, casas e estabelecimentos comerciais levando e trazendo, comprando e vendendo. São as crianças e não os adultos, portanto, que animam as relações entre as pessoas e as casas por meio da execução dos *mandados*, estes afazeres cotidianos que, como veremos adiante, mantêm as casas relacionadas.

Não preciso de muito espaço para argumentar que, além de levarem e trazerem dinheiro, alimentos e bens materiais, as crianças também levam para as casas e trazem delas palavras, dando recados e passando adiante rumores, fazendo circular informações que constroem, fortalecem e polemizam as relações entre parentes, vizinhos e amigos. Assim, crianças, por sua característica mobilidade, personificam e reproduzem grande parte das relações de trocas que são fundamentais para a reprodução social.

Mas elas não são somente veículos importantes para as trocas recíprocas, são também objetos de partilha e reciprocidade. Além deste fluxo cotidiano, estar entre as casas tem outro significado. A mobilidade se estende ao que pode ser

---

7 A expressão em crioulo utilizada como o avesso da pessoa acomodada é “ser uma pessoa de expediente”, ou seja, ser uma pessoa de iniciativa.





entendido como circulação de crianças. O sentido aqui é de que outros, parentes ou não, podem *aguentar* uma criança por um tempo determinado. Isto ocorre com frequência entre pessoas que se tratam como parentes e que recebem ou enviam crianças para abrigar em suas casas, assumindo a responsabilidade por sua educação e sustento.

*Aguentar* é uma expressão da língua crioula que pode apresentar dois significados que merecem aqui um esclarecimento mais cuidadoso: pode ser entendida como “cuidar de” ou como “criar” uma criança. No primeiro caso, *aguentar* é a expressão utilizada para designar aquela que tem uma criança sob seus cuidados temporariamente. Em geral, são as jovens meninas que assumem esta tarefa, que implica dar comida, dar banho, levar para passear, fazer dormir ou, simplesmente, carregar ou tomar conta de uma criança. Aqui, a responsabilidade é temporária e tem o sentido de *ajuda*. Quando *aguentar* assume o significado de criar, passamos para um tipo de movimento que não é este do cotidiano de uma criança, que pode ser *aguentada* ora por um, ora por outro. Nós nos aproximamos de um tipo de mobilidade que tem um caráter mais duradouro e está vinculado às noções de responsabilidade, educação e sustento. Esta categoria indica, portanto, o duplo caráter de tal circulação, de curta ou longa duração. É deste segundo tipo de mobilidade que quero tratar agora.

## FAZENDO FAMÍLIA

Luísa é uma jovem que tinha 15 anos quando nos conhecemos. Nessa época ela havia acabado de se mudar para a casa da avó paterna, após passar dois anos em outra ilha. Foi para a Ilha do Sal para estudar, uma vez que a escola secundária na Boa Vista era recém-criada e sofria, ainda, com a carência de professores e infraestrutura. Nesse período, morou com uma amiga de sua mãe, que contribuía com as despesas da casa. Em troca da moradia, ajudava nos afazeres domésticos e a *aguentar* os dois filhos de sua anfitriã. As lembranças de Luísa não são das melhores, relata períodos de fome, maus-tratos e solidão marcando sua experiência na ilha do Sal. Mas as histórias dos lugares onde viveu não param por aí. Antes de seguir para a ilha do Sal havia residido com a mãe e a avó materna, definida como uma pessoa de gênio muito difícil, o que motivou sua decisão de ir morar com uma tia, uma das irmãs de sua avó. Ela me informa que, para viabilizar seus estudos, a mãe emigrou para a Itália há cerca de quatro anos e, desde então, as duas não mais se encontraram. Diante dos problemas enfrentados por ela quando na ilha do Sal, sua mãe pediu que sua avó paterna a abrigasse, pedido que, segundo Luísa, a avó atendeu com a maior alegria.







O caso de Luísa não é raro no contexto boa-vistense. Dos jovens e adultos com quem mantive contato em campo, raros foram aqueles que haviam residido em apenas uma casa ao longo de sua vida. O mais frequente é que uma criança resida quase permanentemente na casa de um parente próximo de sua mãe, especialmente com a avó materna, porém, elas transitam entre diferentes unidades domésticas, tanto por períodos curtos quanto em estadas mais prolongadas. Os arranjos e os motivos que levam uma criança a circular são variados, as explicações para mudar de “casa” vão desde a simples vontade da criança até a necessidade de ter uma criança para ajudar nos *mandados*, por questões financeiras, pela proximidade de uma determinada casa com a escola, em função da emigração da mãe etc. A variação também inclui o tempo de residência, a criança podendo permanecer numa casa por meses, anos ou por toda a vida.

Em alguns casos, essa movimentação surge como possibilidade de estabelecimento de “relações úteis” (FONSECA, 2006). Na perspectiva da criança ou de sua família, ir para a casa de outro pode implicar a saída do mundo rural para o urbano, viabilizar melhores condições de estudo ou acesso a uma vida de qualidade superior. É interessante notar que, neste contexto, quem recebe a criança também pode estar em busca de relações úteis, de uma maior renda, de um(a) jovem que ajude nos *mandados* ou, simplesmente, do benefício da companhia de uma criança ou adolescente.

O movimento das crianças, portanto, permite um conjunto de relações baseadas na troca. Elas proveem assistência e ajuda nas casas das famílias receptoras que, em troca, disponibilizam cuidados e as *fazem crescer*. Da mesma forma, assim como ela é tida como possibilidade de companhia – por exemplo, para aliviar a solidão de uma pessoa mais velha – seu movimento é visto como oportunidade de ter educação e melhores condições de vida.

Como está claro no caso de Luísa, as idas e vindas não são vividas sem tensões e constrangimentos. Este será um aspecto a ser analisado posteriormente. Por ora chamo a atenção para a vinculação entre constrangimentos e a agência da criança, ou seja, sua relativa autonomia em 1) negociar seu local de moradia e 2) decidir sair de tal situação e seguir para outro lugar. Essa agência está expressa nos relatos de Luísa que, primeiro, articulou sua saída da casa da avó materna e, depois, seu retorno à Boa Vista, nos dois casos, decisões oriundas de constrangimentos enfrentados. Por outro lado, esta autonomia é relativa, uma vez que o movimento dos pequenos faz parte de um conjunto de estratégias para fortalecer e criar laços entre parentes.

Em geral, os estudos sobre circulação de crianças ressaltam que elas vão e vêm com o objetivo de entrelaçar ramos geograficamente dispersos do grupo





familiar. Um exemplo é o estudo de Esther Goody (1982) sobre os Gonjas.<sup>8</sup> A autora nos apresenta uma interessante análise que diferencia circulação de crise de circulação voluntária, sendo que, no caso desta última, o objetivo seria cimentar laços de parentesco, a criança sendo percebida como um recurso da família. O que tais estudos salientam é que *fostering* é mais do que o micromovimento de crianças, e sim uma forma de replicação e reprodução da sociedade.

Apesar de não alinhar com o argumento da autora sobre a partilha de crianças entre pais sociais e biológicos como uma prática que tem a função de ser racional para estas sociedades, a hipótese levantada pelos estudos africanos sobre *fostering* nos leva a refletir a respeito de alguns aspectos do caso cabo-verdiano. Ainda que em meio a tensões e conflitos, a facilidade que as crianças têm em circular entre as casas parece compensar várias tendências que poderiam, de outra forma, enfraquecer a solidariedade do grupo familiar como um todo. Deixem-me explorar melhor este ponto a partir da análise de algumas relações características do universo doméstico local.

Primeiramente, temos as relações entre gerações que, no contexto feminino, estão estreitamente vinculadas à construção da maternidade. Ao cuidar de um neto, por exemplo, uma mulher justifica sua demanda de apoio material e de afeto por parte de seus próprios filhos. As avós recebem benefícios especiais ao cuidar de um neto aumentando a chance de receber ajuda filial e consolidando seu direito ao apoio da rede de parentes.

Neste ponto é preciso chamar a atenção para a relação entre circulação de crianças e maternidade (LOBO, 2011). Um observador desatento poderia concluir que o compartilhamento de crianças seria uma estratégia utilizada para casos em que a maternidade não pode ser plenamente exercida, como, por exemplo, nos casos de emigração feminina. Esta seria uma conclusão equivocada. A relação entre mãe e filhos tem um caráter muito especial em Cabo Verde. O que a análise da mobilidade das crianças revela é que a maternidade no caso cabo-verdiano não está restrita a uma única mulher, incorpora a avó e outras mulheres, envolvendo todas elas no duplo sentido que se atribui à categoria *aguentar*: “cuidar de” e “criar”.

Quando nasce uma criança, mãe e avó se mobilizam e se complementam na tarefa de criá-la e educá-la. De certa forma, para uma criança, estar com a avó tem o sentido de estar com a mãe e isso se expressa pela interligação dos termos *mãe* e *mamã*. Maternidade é, portanto, uma categoria social e só pode ser completamente exercida pela ação conjunta de duas gerações. Ser mãe é

---

8 A análise de Goody é vinculada, por alguns críticos, ao estrutural-funcionalismo britânico. Seu objetivo seria, portanto, justificar a prática de *fostering* como funcional e razoável, não abordando as premissas morais e semânticas de tal prática. Ver Howell (2009).





um processo que começa quando nasce uma criança e só atinge sua plenitude quando a mulher se torna avó, sendo necessária a presença das duas mulheres para que se possa criar e prover uma criança (LOBO, 2010a).

Além de unir gerações numa fase do ciclo doméstico que poderia ser caracterizada pela dispersão, as crianças podem contrapor a tendência masculina de se afastar do novo grupo familiar. Uma mulher, dependendo do contexto, abriga filhos de um homem parente seu. Mães podem cuidar dos filhos de seus filhos, ou mesmo as irmãs abrigam filhos de seu irmão. Avós e tias paternas seriam, desta forma, mediadoras entre pai e filhos.

Mesmo que a criança não resida com parentes paternos, pela mobilidade entre as casas em função do transporte de coisas e alimentos, ela aproxima os laços de afinidade. Num contexto em que a relação afetiva entre *mãe-de-filho* e *pai-de-filho*<sup>9</sup> é, num primeiro momento, marcada pela instabilidade, a criança oriunda dessa relação, pela circulação, cria um elo entre as famílias, elo este que pode garantir que o homem retorne ciclicamente para aquela mulher, acabando por se fixar em uma relação conjugal capaz de culminar em casamento.

Essa situação de afastamento não retira do pai o desejo de ter filhos. Ter um filho é um valor importante no universo masculino, assim como ter uma mulher (ou várias). Ambos são símbolos de masculinidade e exibidos constantemente nas rodas de conversas entre homens. Porém, enquanto as mulheres valorizam a ideia de estar próximo, os homens, enquanto *pais-de-filho*, se envolvem com o universo doméstico por meio de um pertencimento distante. O homem deve ter uma família (e isto significa ter filhos), mas seu relacionamento com ela é marcado por uma ausência relativa, mediada pelas relações que se constroem entre mulheres e crianças que circulam entre as duas famílias envolvidas.

Ao nos debruçarmos sobre as formas como maternidades e paternidades são construídas no cotidiano das relações entre parentes, observamos a importância do movimento. Além de fazer circular coisas e informações e colocar as unidades domésticas em contato, a prática de morar em mais de uma casa gera pertencimentos múltiplos que fortalecem laços de filiação ou de aliança entre grupos ligados. As crianças surgem, assim, como atores centrais num contexto em que as relações entre gerações diferentes e entre afins são marcadas por tensões e, em larga medida, por laços tênues e riscos constantes de rompimento. Por seu característico trânsito entre as casas, as crianças *fazem família*.

---

9 Expressões do crioulo que se referem àquele ou àquela com o(a) qual ego tem uma relação afetiva estável, porém, não formalizada pelo casamento.



## APROXIMANDO DISTÂNCIAS

O trânsito dos pequenos entre casas não está restrito a fazer a conexão entre vizinhos ou residentes de um espaço geográfico considerado próximo, mas se estende a um fluxo que vai muito além, o fluxo entre Cabo Verde e o mundo. Eu me refiro aos casos de emigração e à relação que se estabelece entre mães, filhos e seus cuidadores à distância. Esta tríade é central para que o vínculo diádico entre mãe e filho permaneça vivo e intenso. Se algum dos elementos que a compõem rompe os fluxos, rompem-se os laços. O sentimento de abandono, que poderia ser atribuído a mães e filhos numa situação de distância física prolongada, não depende, portanto, da distância em si, mas da eficácia dos laços entre os três elementos – mãe-cuidadora-filho.

A emigração da mãe implica negociações sobre a moradia das crianças; é uma ocasião para definir quem irá *aguentar* os filhos assumindo a responsabilidade pelo seu sustento e educação. Tal definição pode ser mais ou menos dramática e isso depende das possibilidades em mãos. A estratégia mais comum é deixar as crianças com suas avós maternas ou paternas, ou ainda com alguma outra mulher da família da mãe (ou do pai): uma irmã, prima ou tia. Porém, muitos são os fatores acionados nesta decisão para além dos laços de parentesco: afinidade entre as mulheres, condições da família receptora, possibilidades de estudo, vontade da criança.<sup>10</sup> Além dos fatores práticos, cabe à mãe escolher aquela que melhor realizará a sua mediação com os filhos distantes, aquela que não deixará que eles se sintam *abandonados*.

Sentir-se abandonado é um risco que assombra mães e filhos apartados. É um sentimento que, diferentemente da saudade, não é inerente ao espaço físico, mas está interligado à quebra do partilhar informações, fotografias, objetos, presentes, dinheiro. Conforme analiso em outro trabalho (LOBO, 2010a), as trocas à longa distância são fundamentais para criar e manter um sentimento de proximidade, categoria central para este contexto familiar. Dessa forma, é a quebra do fluxo de objetos e informações que deve ser evitada e é a família receptora da criança que tanto viabiliza tal fluxo quanto se beneficia dele.

Cabe a ela passar informações sobre mães e crianças, mostrar as fotos, entregar os presentes, enviar as encomendas, dar carinho e atenção, educar, ou seja, fazer a criança crescer e passar as informações desse processo às mães que estão distantes. Se, em parte, cabe à mãe o envio de recursos e presentes adquiridos com o trabalho na emigração, a família receptora deve cumprir o papel de construir para o filho a imagem de uma mãe zelosa e que se sacrifica em

<sup>10</sup> Os arranjos também variam, por exemplo, irmãos podem ser espalhados em casas distintas ou podem ficar juntos. Além disso, nenhuma das decisões tomadas é fixa ou irreversível.



favor dele. Quando tal mediação falha, a criança tende a circular, seja por vontade própria, como no caso de Luísa, seja por determinação da mãe. Reinicia-se, assim, um novo processo de negociação, recepção, mediação e efetivação de uma nova tríade.

E na perspectiva da família receptora, por que entrar neste arranjo? Quem fica com a criança vê seu ato como solidário e como possibilidade de manter e intensificar relações com a emigrante. Este é um relacionamento interessante e estratégico, pois é capaz de abrir caminhos para trânsitos futuros, pode significar um complemento à renda, o acesso a produtos vindos da Europa e, sobretudo, constrói e solidifica laços com aquela que possui um *status* diferenciado nesta sociedade, a emigrante.

Além de todos estes aspectos, a companhia das crianças dá um sentido especial à rotina diária, dá prazer e diversão. As crianças não são um fardo, são uma dádiva. *Aguentar* uma criança preenche o dia, garante interação social com vizinhos, permite o compartilhamento dos afazeres domésticos, é fonte de afeto, é elo entre mulheres e, por extensão, entre unidades domésticas e entre países, sendo a principal ponte entre as emigrantes e suas famílias locais.

A possibilidade migratória de uma mãe depende, portanto, de uma estrutura familiar que abrigue seus filhos ou, na falta desta, de uma rede de solidariedade que será acionada e que tem por base a mobilidade infantil como uma prática cotidiana. O que quero salientar é que crianças transitam entre casas e famílias cotidianamente e tal prática social não está restrita a casos de mães emigrantes. Ter isto em mente é importante para não cairmos na armadilha de pensar emigração e mobilidade infantil numa relação de causa e efeito.

## MOVIMENTO COMO VALOR

Espero ter esclarecido, até o presente momento, como a movimentação de crianças constrói relações sociais, em especial as relações no âmbito familiar. Para completar esse quadro, resta abordar o sentido do movimento na trajetória de vida dos boa-vistenses e como a circulação ao longo da vida é valorizada por estes quando, ao se referirem a um lugar ou a uma pessoa, se utilizam dos conceitos de parado e movimentado, atribuindo-lhes valores negativos e positivos, respectivamente.

Durante o período em que realizei trabalho de campo, pude reconstruir as trajetórias pessoais de alguns de meus interlocutores através do discurso, além de ter tido oportunidades ímpares de acompanhar fases de algumas trajetórias. Voltando aos meus dados e tomando como referência mulheres e homens adultos, um aspecto que persiste é o da movimentação – é comum encontrar quem tenha habitado unidades domésticas diferentes, povoados diversos, ilhas





distintas ou países distantes. Além de ser, por si só, um dado instigante, uma vez que não estamos falando de uma circulação momentânea, como uma viagem de férias, uma visita ou turismo, estamos no universo da habitação; é interessante notar como este é um fator altamente valorizado e salientado nas conversas ou nas entrevistas. Apresento o exemplo de Gil.

Gil é de família de um dos povoados da ilha da Boa Vista. É filha de mãe que já emigrou e de pai que ainda é emigrante. Foi criada pela avó até sua mãe retornar da Itália, quando passou a viver com ambas, mãe e avó. Quando a conheci, Gil vivia com Lisa, sua tia, na Vila de Sal-Rei. Ao relatar sua trajetória, contou-me que, quando era criança pequena, morou por uns tempos na casa da avó materna, outros tempos com a mãe, depois foi estudar na Praia (a capital) e lá ficou por longo período vivendo em casas de parentes: “quando não dava certo com um, ia para a casa de outro, assim morei numas três casas lá na Praia” (abre um longo parêntese para relatar os maus-tratos que sofreu quando morou na Praia). Em 2004, Gil estava tentando fazer curso superior em Portugal ou no Brasil. Enquanto eu estava em campo, acompanhei sua saída da casa de uma tia para viver com outra tia de sua família paterna; segundo ela, mudou-se porque não estava dando mais certo com Lisa.

Gil é uma das pessoas com quem mantenho contato até hoje, o que me permite continuar acompanhando sua trajetória: no ano seguinte ao meu campo, a moça conseguiu ser aceita em uma universidade no Brasil; após terminar o curso (em 2009), seguiu para Praia, onde trabalha numa empresa de contabilidade. Da última vez que conversamos, contou-me, com entusiasmo, sobre os seus planos de ir para a Europa e, quando perguntei se pensava em retornar para Boa Vista, sua resposta foi enfática: “Boa Vista? Deus me livre, para lá só volto a passeio! Aquilo é muito parado, as pessoas, com a cabeça muito pequena. Vivem naquela mesma rotina que você deixou há anos. Lembra de fulana? Então, está do mesmo jeito! Você sabe como é, nunca saiu da Boa Vista, então tem aquela mentalidade, não cresceu, pois não viu o mundo lá fora”.<sup>11</sup>

Em se tratando de uma trajetória comum, encaro o caso de Gil, juntamente com o de Luísa, como bons exemplos que ajudam a pensar mais alguns aspectos da mobilidade em Cabo Verde.

A história de Gil nos permite retomar a questão da mobilidade infantil quando relatada por adultos, ou seja, quando acessada pela memória. Quando o tema era a infância, as narrativas a que tive acesso valorizavam positivamente o fato de terem vivido em casas diferentes, mesmo quando tais experiências tinham

---

<sup>11</sup> Meu encontro com Gil foi no ano de 2011, quando passei um período na Cidade da Praia (a capital do país) trabalhando em uma nova pesquisa.





um caráter negativo. Essas vivências negativas estavam vinculadas às situações por que passaram em outra ilha, em casa de conhecidos ou parentes distantes que recebiam os jovens para estudar o colegial. Tomei conhecimento de diversos relatos de maus-tratos e reclamações sobre o excesso de *mandados* que tinham que executar em troca da oportunidade de estudo ou de uma vida melhor. Com frequência, a história negativa era permeada pela positividade da experiência de ter passado, já muito jovem, por dificuldades que as tornaram pessoas fortes, como um “crioulo” tem de ser.

A ideia de superação está implícita nos discursos que constroem as trajetórias de vida formando um par com a valorização da mobilidade. Estar em movimento significa oportunidade, mas também sacrifício e superação.<sup>12</sup> Entender a complementaridade destas duas categorias nos permite perceber que melhorar não tem somente uma face econômica e/ou utilitária, mas tem conotações morais. Moralmente, superar-se é amplamente admirado e os relatos de dificuldades que foram superadas são constantemente acionados para justificar idas e vindas ao longo da vida. Nesse sentido, a superação pode ser entendida como motivação para a mobilidade, uma vez que está vinculada à máxima de que “para crescer é preciso sair”.

Nos dois casos etnográficos aqui apresentados, temos o estudo como motivador de trânsitos em determinada fase da infância ou da juventude. De fato, a educação é percebida, atualmente, como possibilidade de mobilidade social nesta sociedade, sendo fonte de distintos fluxos – de crianças e jovens, de suas mães emigrantes, entre as ilhas ou no sentido rural-urbano, de mulheres comerciantes<sup>13</sup> que transitam entre países buscando fontes de renda que possam permitir melhores condições de estudo para os filhos. A educação dos filhos é, portanto, uma prioridade e, num contexto de restritas possibilidades, implica deslocamento.

No entanto, educar-se não é somente receber instrução escolar, mas tem relação com o fato de se ter conhecido outro estilo de vida, outros sistemas de valores e ter passado por dificuldades e constrangimentos. A fórmula “o sofrimento te faz mais forte”<sup>14</sup> é acionada ao resgatar uma infância marcada por trânsitos entre casas que, muitas vezes, obrigaram aquele indivíduo a executar trabalhos domésticos pesados, não lhe possibilitaram receber carinho ou fizeram dele vítima de algum tipo de mau-trato.

---

12 Leinaweaver (2008b) também explora a noção de superação em seu estudo sobre circulação de crianças no Peru.

13 São as chamadas *rabidantes* (LOBO, 2010a).

14 Bledsoe (1990) analisa o caso dos Mende de Serra Leoa onde a máxima é “não há sucesso sem sacrifício”. Nesta sociedade, as crianças são enviadas para a casa de guardiões (prioritariamente, professores) que educam as crianças numa ideologia de privação e de sofrimento.





O que quero salientar é que a mobilidade é uma categoria presente na construção da autoimagem de alguém interessante e experiente. Ter vivido em diversos lugares significa ser esperto, conhecer a vida e suas dificuldades. Voltando ao caso de Gil, ao focar sua trajetória individual tanto como lembrança quanto como projeto, a mobilidade está lá, presente como um fator que faz parte de sua autorrepresentação – seja ressaltando seus próprios movimentos, seja incorporando os fluxos de outros – a emigração da mãe e do pai.

Em última instância, movimento implica conhecimento, um valor moral. Desta maneira, além de ser um fator prioritário na construção de relações entre famílias e casas – a criança tornando-se o laço principal entre ambas – a mobilidade infantil acaba por construir, ciclicamente, trajetórias de vidas consideradas interessantes e que fundamentam a própria ideologia do movimento como via de acesso a um estilo de vida considerado melhor, voltado para maiores oportunidades de acesso a um mundo que é visto como desenvolvido. E, neste ponto, chegamos à conexão entre mobilidade infantil e emigração, ambas estratégias que acionam o valor positivo do movimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afirmo anteriormente que a relação entre o trânsito dos pequenos e a oportunidade de sair do país não deve ser entendida em termos de causa e efeito, o que não implica negar a relação entre ambas. Ora, isto seria inegável, uma vez que o movimento cria movimento, porque envolve relação. Ter circulado em contextos variados amplia as redes de relações sociais, tornando o indivíduo conhecido e conhecedor de espaços sociais e pessoas que podem abrir as portas para um universo ambicionado por grande parte dos cabo-verdianos, a emigração – um valor nacional, um rito de passagem necessário para se tornar uma “pessoa plena”, mas que, a meu ver, não deve ser analisado de forma isolada. A mobilidade inscrita na trajetória dessas pessoas começa muito cedo, no âmbito familiar e operando na sua própria reprodução, em poucas palavras, é um fator estruturante.

Os projetos migratórios inserem-se, portanto, em contextos de vida marcados por fluxos, associados a um momento específico dos ciclos de vidas nos quais os dilemas de partir ou ficar já foram enfrentados em diversas ocasiões. O movimento migratório não inaugura uma vida que passará a ser permeada por relações em fluxos, nem instaura a noção moral de superação em face dos sacrifícios de estar em outro lugar, sentindo saudades, vivendo com outras pessoas e conhecendo diferentes estilos de vida. Ao contrário disso, a emigração insere-se num contexto marcado por trânsitos diversos que, segundo meu ponto de vista, estruturam esta sociedade.







Diferentemente de alguns autores, que centram suas análises no valor da emigração (ÅKESSON & CARLING, 2009) e no entendimento da estrutura familiar cabo-verdiana como consequência desta (DROTBOHM, 2009; CARLING, 2007), argumento em favor do valor da mobilidade enquanto um processo que permeia a trajetória de vida de indivíduos e famílias, sendo a emigração uma etapa (importante, é certo) de um complexo ciclo de idas e vindas.

Analisado em polos distintos, da mobilidade infantil à emigração, observamos como o movimento cria valor – no sentido de uma boa trajetória de vida, de uma experiência conquistada, de um percurso interessante, de um *status* adquirido e compartilhado – e como ele mantém valor – quando ele é conservador e está por trás de algo que é aparentemente inovador ou desestruturante, ou seja, quando ele estabelece relações por meio da partilha e da circulação de coisas e pessoas e opera como ferramenta fundamental para a reprodução social.

Ora, ao fim desta narrativa alguém pode estar se perguntando o que difere o contexto cabo-verdiano de tantos outros contextos sociais, nos quais encontramos a oposição entre parado (com um valor negativo) e movimentado (com um valor positivo). Eu mesma me fiz esta pergunta algumas vezes e talvez tenha encontrado um indício de resposta nas diversas casas que me foram abertas por ocasião da pesquisa. Nestas casas pude não só presenciar indivíduos indo, vindo, morando e “desmorando”, pude também observar a forma como meus interlocutores guardavam seus pertences, suas roupas e demais acessórios de valor, raramente encontrados em guarda-roupas ou armários, mas em malas, caixas ou “bidões” (baús). Quando me dei conta de que os cabo-verdianos da Boa Vista vivem de “malas prontas”, comecei a entender o que para eles significa circular.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÅKESSON, Lisa. *Making a Life: Meanings of Migration in Cape Verde*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Gotemburgo, 2004.

\_\_\_\_\_. Cape-verdean notions of migrant remittances. *Cadernos de Estudos Africanos*, 20, p. 137-159, 2011.

ÅKESSON, Lisa; CARLING, Jørgen. Mobility at the heart of a nation: patterns and meanings of Cape Verdean migration. *International Migration*, 47 (3), p. 123-155, 2009.

ANJOS, Jose Carlos dos; BAPTISTA, Marcelo Quintino Galvão (orgs.). *As tramas da Política extrapartidária em Cabo Verde. Ensaios sociológicos*. Cidade da Praia: Edições UniCV e UFRGS Editora, 2010.

ANDALL, Jacqueline. Catholic and state constructions of domestic workers: the case of cape Verdean women in Rome in the 1970s. In: KOSER, K.; LUTZ, H. (orgs.). *The new migration in Europe*. Basing-Stoke: Macmillan, 1998.



BATALHA, Luís; CARLING, Jørgen (orgs.). *Transnational Archipelago: Perspectives on Cape Verdean Migration and Diaspora*. Amsterdã: Amsterdam University Press, 2008.

BLEDSOE, Caroline. No success without struggle: social mobility and hardship for foster children in Sierra Leone. *Man*, 25 (1), p. 70-88, 1990.

CARLING, Jørgen. *Aspiration and ability in international migration: Cape Verdean experiences of mobility and immobility*. Tese (Cand. Polit.) – University of Oslo, 2001.

\_\_\_\_\_. Emigration, return and development in Cape Verde: the impact of closing borders. *Population, Space and Place*, 10, p. 113-132, 2004.

\_\_\_\_\_. Children's mobility and immobility in Cape Verdean transnational families. Paper presented at the AEGIS European Conference on African Studies, Panel 28: *Generations of Migrants in West Africa*, Leiden, 2007.

CARREIRA, Antonio. *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*. Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 1983.

CARSTEN, Janet. *Cultures of Relatedness: New Approaches to the Study of Kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

CARTER, Katherine; AULETTE, J. *Cape Verdean women and globalization. The politics of gender, culture and resistance*. Palgrave Macmillan: New York, 2009.

DIAS, Juliana Braz. *Entre Partidas e Regressos: tecendo relações familiares em Cabo Verde*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. *Mornas e Coladeiras de Cabo Verde: Versões Musicais de uma Nação*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, 2004.

DROTBOHM, Heike. Horizons of long-distance intimacies. Reciprocity, contribution and disjuncture in Cape Verde. *History of the Family*, 14, p. 132-149, 2009.

FIKES, Kesha. *Managing African Portugal. The citizen-migrant distinction*. Durham: Duke University Press, 2009.

FONSECA, Claudia. Orphanages, foundlings, and foster mothers: the system of child circulation in a Brazilian squatter settlement. *Anthropological quarterly*, 59 (1), p. 15-27, 1986.

\_\_\_\_\_. *Os Caminhos da Adoção*. São Paulo: Cortez, 2006.

GOODY, Esther. *Parenthood and social reproduction: fostering and occupational roles in West Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

GRASSI, Marzia; ÉVORA, Iolanda (orgs). *Gênero e migrações Cabo-verdianas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

HOWELL, Signe. Adoption of the unrelated child: some challenges to the anthropological study of kinship. *Annual Review of Anthropology*, 38, p. 149-166, 2009.

LEINAWEAVER, Jessaca. Choosing to move. Child agency on Peru's margins. *Childhood*, 14, p. 375-392, 2007.

\_\_\_\_\_. *The Circulation of Children. Kinship, adoption and morality in andean Peru*. Durham: Duke University Press, 2008a.

\_\_\_\_\_. Improving oneself. Young people getting ahead in the Peruvian Andes. *Latin American Perspectives*, 35, p. 60-78, 2008b.

LOBO, Andréa de Souza. *Tão Longe, Tão Perto: Organização Familiar e Emigração Feminina na Ilha da Boa Vista, Cabo Verde*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, 2006.



\_\_\_\_\_. Mantendo relações à distância: o papel do fluxo de objetos e informações na configuração de relações familiares transnacionais em Cabo Verde. In: TRAJANO FILHO, Wilson (org.). *Lugares, Pessoas e Grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*. Brasília: Athalaia Editora, 2010a. p. 27-44.

\_\_\_\_\_. Um filho para duas mães? Notas sobre a maternidade em Cabo Verde. *Revista de Antropologia da USP*, 53 (1), p. 117-145, 2010b.

\_\_\_\_\_. Making Families: Child mobility and familiar organization in Cape Verde. *Vibrant. Virtual Brazilian Anthropology*, 8 (2), 2011.

LUCAS, Maria Elizabeth; SILVA, Sergio Baptista (orgs.). *Ensaio etnográfico na Ilha de Santiago de Cabo Verde. Processos identitários na contemporaneidade*. Cidade da Praia: Edições UniCV e UFRGS Editora, 2009.

MONTEIRO, C. A. *Comunidade Imigrada: visão sociológica – O caso da Itália*. São Vicente: Gráfica do Mindelo, 1997.

PARREÑAS, R. S. *Children of Global Migration. Transnational families and gendered woes*. California: Standford University Press, 2005.

SOLOMON, M. J. *We can even feel that we are poor, but we have a strong and rich spirit: learning from the lives and organization of the women of Tira Chapéu, Cape Verde*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Graduate School of The University of Massachusetts, 1992.

TRAJANO FILHO, Wilson. The Conservative aspects of a centripetal diaspora: the case of the Cape Verdean *Tabancas*. *Africa*, 79 (4), 2009, p. 520-542.

VASCONCELOS, João. Espíritos lusófonos numa ilha crioula: língua, poder e identidade em São Vicente de Cabo Verde. In: CARVALHO, Clara; PINA CABRAL, João de (orgs.). *A Persistência da História: passado e contemporaneidade em África*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004. p. 149-190.



